

ENUNCIADOS FRASEOLÓGICOS: UMA AMOSTRA DE LINGUAGEM E CULTURA NO TEMPO E NO ESPAÇO

Maria Luisa Ortiz Alvarez
Universidade de Brasília

O tempo, ao se inscrever no espaço, torna-se não somente uma outra dimensão deste (o espaço), como também resgata o modo de ver o mundo de uma época
(MACHADO, 1995, pp. 309-310).

Resumo: A comunicação é uma mediação da linguagem no tempo e no espaço, uma substância da história e a constituição da sociedade em seu devir. Bauman (1999) observou a natureza historicamente mutável do tempo e do espaço, fazendo ligação destes com o padrão e a escala de organização social. Assim, as categorias de tempo e espaço formam um modelo comum de percepção da realidade, permitindo a construção de um mundo compartilhado, onde se desenvolvem as relações interpessoais, incluindo a linguagem, a comunicação e a ação conjunta. A presente reflexão tem como objeto de interesse a relação tempo e espaço e algumas das práticas de linguagem. Privilegiamos as orientações de Bakhtin (1981, 2003, 2004), para quem a linguagem está diretamente relacionada à ação sobre o outro e se tem no enunciado uma constante resposta aos enunciados do outro e aos seus próprios enunciados. O sujeito reproduz discursos a partir de uma posição determinada, inserido em um contexto determinado, sendo influenciado por vozes outras anteriores e posteriores a seu enunciado, mobilizando diversos saberes para a compreensão de seu discurso que já foi dito em outro lugar, em outro tempo, como é o caso dos provérbios. Ao citarem provérbios, os falantes mostram a sua identidade com unidades nacionais e o interlocutor sinaliza também a sua aceitação e a sua identificação com o falante e o grupo ao qual o falante pertence. Por outro lado, os provérbios geram implicaturas conversacionais, pois o falante emite o provérbio e o interlocutor deverá alcançar a implicação pretendida, ao decifrar a intenção comunicativa do falante. O nosso objetivo é situar esses enunciados fraseológicos e seu significado no tempo e no espaço.

Palavras-chave: linguagem; enunciados fraseológicos, provérbios, tempo, espaço.

Introdução

A linguagem foi o ponto de partida para a investigação das questões humanas e sociais. Autores como Bakhtin, Vygotsky e Benjamin, citados por Jobim e Souza (1994, p 95), dedicaram seus estudos à definição sobre a linguagem e o lugar que ela deve ocupar no âmbito das ciências humanas. Na reflexão de Vygotsky, a linguagem deve preencher funções específicas na constituição das funções psicológicas superiores e na construção da subjetividade, é a elaboração de uma teoria sócio-psicológica da relação pensamento e palavra.

Nos estudos de Benjamin, há uma reflexão filosófica sobre o empobrecimento da experiência do homem no mundo moderno e as repercussões no uso da linguagem. Benjamin também recorre à teologia e à mística judaica para descobrir a essência da linguagem. O autor quer resgatar a dimensão expressiva da linguagem colocando-a no centro da discussão sobre a distinção entre conhecimento e verdade (JOBIM e SOUZA, 1994, p.94).

Muitos são os autores que sublinham o fato de a fraseologia descrever o mundo real, as experiências cotidianas, o colorido e a sabedoria de um povo, tornando-se num importantíssimo veículo de identidade e de cultura. As reflexões de Bakhtin se concentram nas teorias linguísticas agrupadas em duas correntes: subjetivismo idealista e objetivismo abstrato e diz que as teorias são um obstáculo para a compreensão da linguagem enquanto código ideológico.

Bakhtin (2004, pp.72, 80) afirma que para o subjetivismo idealista, representado pelo pensamento de Humboldt, o fenômeno linguístico é o ato significativo de criação individual. As leis da linguística seriam, então, as leis da psicologia individual. Entretanto, esse autor também mostra que no objetivismo abstrato, defendido por Saussure, a fala não é objeto da linguística. Para Bakhtin, ao separar a língua da fala, Saussure prioriza o estudo dos elementos que constituem a forma normativa da língua. A língua é vista como um produto acabado, transmitido através de gerações.

A partir destas definições, Bakhtin questiona a falta de interatividade dos indivíduos com a linguagem, já que há uma imposição de um sistema abstrato de normas.

Para este autor a linguística, ao analisar a linguagem como um sistema pronto não pode informar o modo como realmente a língua funciona e esta forma de analisar a linguagem acaba por distorcer a comunicação das pessoas entre elas mesmas e com o mundo. Assim, Bakhtin lembra da existência de experiências sociais diversificadas, nas quais a maneira de se comunicar difere em decorrência do meio social em que o sujeito se encontra. “Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada. Eles penetram na corrente da comunicação verbal, ou melhor, somente quando mergulham nesta corrente é que sua consciência desperta e começa a operar (...)” (BAKHTIN, 1981, p.108).

Em seus estudos, Bakhtin ressalta a importância de perceber a linguagem dentro de um sistema cultural específico e isto dá às palavras um invólucro contextual já sedimentado por diversas intralinguagens.

Bakhtin também considera que a língua, na sua totalidade, tem a propriedade de ser dialógica, pois não se restringe à comunicação interpessoal. Há uma dialogização interna da palavra que é sempre perpassada pela palavra do outro, é sempre também a palavra do outro. Sendo assim, a verdade não se encontra no interior de uma só pessoa, mas na interação dialógica entre pessoas que a buscam coletivamente. Aparece então um mundo que fala de diversas maneiras e essas vozes formam o cenário onde, claro, aparecem divergências.

Para Bakhtin, o ato enunciativo é, inevitavelmente e em qualquer situação, construído por uma pressuposição do destinatário. Mais do que isso, pois os discursos têm sempre uma natureza dialógica e polifônica que possibilitam apropriações das mais diversas naturezas e formulações sobre os enunciados ofertados. Por conseguinte, há uma interação dialógica e a verdade não pode pertencer a uma única pessoa. Essas vozes formam um cenário, e a unidade da experiência e da verdade do homem se torna polifônica.

Em Bakhtin (2004) a enunciação é compreendida como uma réplica do diálogo social, ela é a unidade de base da língua em se tratando de discurso interior ou exterior. Já que faz parte do diálogo social, ela é de natureza ideológica e não existe fora do contexto social. “Há sempre um interlocutor, ao menos potencial. O locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido” (BAKHTIN, 2004, p.16). Bakhtin ainda ressalta que o ato enunciativo é constituído por uma pressuposição do destinatário. Por isso, os discursos têm sempre uma natureza dialógica e polifônica que possibilitam apropriações sobre os enunciados ofertados. Segundo Bakhtin (2003),

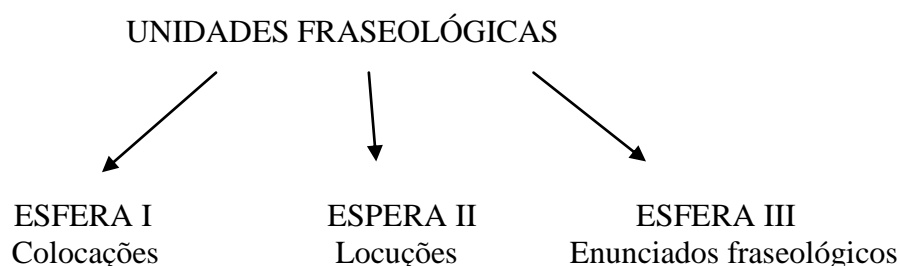
todas as esferas da utilização da atividade humana estão ligadas à utilização da língua. O caráter e as esferas desta utilização são bem variados assim como a atividade humana:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou de outra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não apenas por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua, recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, mas também e, sobretudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, 2003, p.261).

“O enunciado não é uma unidade convencional, é uma unidade real, precisamente delimitada pela alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro (...)” (BAKHTIN, 2003, p.275). Esta alternância dos sujeitos falantes compõe o contexto do enunciado e é no diálogo real que ela é observada de modo mais direto e evidente. O acabamento do enunciado, por parte do locutor, pode ser determinado a partir de critérios particulares.

- **Os enunciados fraseológicos no espaço e no tempo**

Corpas Pastor (1996), na sua proposta de classificação das unidades fraseológicas, localiza as que hoje analisamos num espaço por ela denominado “Esfera III”. Esta autora trabalha com uma concepção da Fraseologia bastante ampla, em que distingue três grandes blocos de estruturas:



Para esta autora, estruturas como (*O segredo é a alma do negócio; Branco é, galinha o pão; Conversa puxa conversa*) pertencem à “Esfera III”, enunciados fraseológicos, na medida em que se trata de enunciados completos que constituem atos de fala e apresentam fixação interna (material e de conteúdo) e externa.

Por outro lado, dentro dos enunciados fraseológicos distingue entre parêmsias e fórmulas. As primeiras possuem significado referencial, isto é denominam uma situação ao pôr em relação o que se comenta com uma classe de situações. No entanto, nas segundas, o significado é de tipo social, expressivo ou discursivo. Enquanto as parêmsias têm autonomia textual, as fórmulas estão determinadas por situações e circunstâncias concretas. Porém, a autora faz questão de ressaltar as dificuldades de estabelecer limites entre umas e outras, sublinhando como alguns tipos de parêmsias —concretamente as que denomina de “enunciados de valor específico” (*As paredes têm ouvidos*), estão muito próximas das fórmulas. Da mesma maneira, algumas fórmulas como *A otro perro con ese hueso* são consideradas parêmsias do tipo que a autora denomina de “refrán bimembre”.

O caráter de enunciado textual é evidente nas parêmsias, quer pelas mudanças na entoação ao serem inseridas no discurso, quer pela presença de dêiticos contextuais, frases ou palavras que distanciam o emissor do enunciado e introduzem a parêmsia no discurso. Por exemplo: *como dizia o meu avô*, *como diz um provérbio chinês*, etc. Além disso, a autora sublinha a estreita relação que existe entre as fórmulas e determinados atos de fala. De fato, a classificação que oferece (Corpas Pastor, 1996, p. 187 e seguintes) baseia-se nos diferentes tipos de força ilocutória destas unidades.

Além de partilhar com as locuções não oracionais características definitórias tais como: pluriverbalidade, fixação, idiomaticidade ou institucionalização, uma grande parte dos enunciados fraseológicos apresenta o traço textual e pragmático de constituir unidades comunicativas. Daí que muitas delas sejam emitidas com uma entoação especial e que seja possível falar em características formais, semânticas e pragmáticas específicas.

A função dos dêiticos é a de situar a ocorrência de um enunciado no espaço e no tempo, tendo como ponto de referência a figura do enunciador e o momento da enunciação. Consequentemente no se pode dissociar pessoa – espaço - tempo (eu – aqui - agora) no âmbito do discurso. Entretanto, se as marcas espaciais e temporais se estabelecem em relação à situação espacial e temporal do enunciador, um problema se apresenta imediatamente quanto ao uso do provérbio em discurso: a figura do enunciador não se coloca, ela se escamoteia, impossibilitando, portanto, de antemão, qualquer referência precisa quanto ao espaço ou tempo.

Por outro lado é preciso lembrar o fato de que uma das características do provérbio é a sua possibilidade de re-enunciação em qualquer tempo ou lugar em que se compreende que a ausência de marcas espaciais e temporais específicas é vital. Assim, as raras vezes que aparecem os dêiticos como *hoje*, *amanhã*, *de manhã*, *à noite*, etc., trata-se sempre de termos metalinguísticos, referencialmente vazios, permitindo sempre a reinserção do provérbio em novas situações de comunicação. A total generalização é um dos fatores determinantes para que um enunciado seja provérbio, e, portanto indefinidamente reempregado onde e quando quer que seja. Mesmo aqueles que parecem usar indicações mais precisas como “no dia de Santa Luzia”, nada perdem de sua generalidade, pois não se referem a apenas este dia de Santa Luzia, mas são válidos para qualquer dia de Santa Luzia (*De Natal a Santa Luzia, cresce um palmo o dia; Quem ri hoje, chora amanhã*).

As indicações espaciais são simbólicas, encontram-se em provérbios metafóricos e podem aplicar-se às mais diferentes situações em qualquer latitude, já que seu sentido literal se perdeu em prol do sentido figurado.

Exemplo:

“Numa noite de inverno, Francisco I, tendo-se perdido enquanto caçava, procurou refúgio na cabana de um carvoeiro, onde foi acolhido pela esposa do dono da casa, que lhe disse para esperar a volta de seu marido. O rei sentou-se junto ao fogo, na única cadeira da casa. Chegou o carvoeiro. Este que ignorava a qualidade de seu hóspede, recebeu cordialmente seu pedido de hospitalidade, mas convidou Francisco I a se sentar num banquinho, dizendo-lhe que costumava sentar-se junto ao fogo em sua cadeira e acrescentando que por direito e razão o *carvoeiro é mestre em sua casa*” .

O enunciado do carvoeiro passou a provérbio e perdeu sua referência específica, assim como seu sentido literal, e a cabana do carvoeiro, uma vez dentro do provérbio, passou a designar qualquer casa, de qualquer pessoa (em português seria *Em sua casa cada um é rei*).

Os provérbios vêm da sabedoria popular, expressa de forma lapidar, concisa e breve (Moisés, 1978, p. 423). Muitos deles têm um sentido figurado, modos peculiares de expressão com interpretação distinta da leitura literal a eles atribuída. Esse tipo de provérbio traz metáforas simples que por seu conteúdo permitem estabelecer a generalidade das regras que subjazem neles, o caráter de afirmação geral de uma emissão proverbial que só poderá ser refutável por um provérbio antagônico. Por exemplo: *Quem madruga Deus ajuda/ Não é por muito madrugar que amanhece mais cedo; Antes só que mal acompanhado/A solidão não é boa companheira/Ruim com ele, pior sem ele*. Segundo Magalhães-Almeida (1986), o sentido figurado dos provérbios depreende-se no contexto em que são citados e a finalidade é sintetizar uma situação, retratá-la e dar-lhe uma essência quando se emite um julgamento (*Um dia é de caça, outro do caçador; Filho de peixe, peixinho é*). As relações semânticas nos provérbios podem ser figuradas de várias maneiras, o que os torna mais interessantes como itens inventariados. A descrição de tipos comuns de figuras proverbiais, por exemplo, pode vir a indicar-nos, inclusive, os tipos de relações metafóricas, metonímicas e sinedóquicas regulares da língua.

Os provérbios recebem interpretação generalizada independentemente da realidade concreta à qual se referem (Exemplos: *Cada macaco no seu galho; Quando um burro fala o outro abaixa a orelha; Quando o mar briga com a praia, quem apanha é caranguejo; Quem tem boca, vai a Roma*). Rey-Debove (1978) afirma que apesar das evidentes diferenças culturais, todos os provérbios possuem em comum um tipo de conteúdo. Suas afirmações são gerais ou generalizáveis, o que é marcado em francês pelo emprego de artigos definidos '*Quand le chat n'est pas là*'; pela ausência de artigo '*Bom chien chasse de race*'; pelo uso de outros determinantes '*Tel maître, tel valet*'. Envolvem categorias lógicas simples (implicação, exclusão, etc.). Quando não afirma (utilizando então um verbo no presente ou eliminando o verbo, para assinalar a ausência de tempo histórico), o provérbio aconselha ou ordena, recorrendo ao imperativo, à forma *il faut* (é preciso), etc.

O referencial tempo nos provérbios

Tempo, fator incontornável

Ninguém pode pôr rédeas ao tempo

Desatualizado

Bananeira que já deu cacho

Atualidade

Águas passadas no movem moinhos

Época impossível

Quando a galinha tiver dentes

Efeito ajustador

O tempo é o melhor remédio

Espaço

Há uma constante imigração dos provérbios penetrando geográfica e historicamente em culturas limítrofes, adquirindo nessas peregrinações sem decreto às naturais roupagens, próprias das regiões hospitaleiras. Alguns dos provérbios que surgiram da miscigenação euro- afro-americana são explicitamente: do rito (*Quem não pode com mandinga não carrega patuá*); elemento de fauna (*Macaco velho não mete a mão em cumbuca*), elementos da vida rural (*nhambu de tanto fazer favor perdeu o rabo*); *se correr o bicho pega, se ficar o bicho come; enquanto você vem com o milho, eu já vou com o fubá*).

Os provérbios são atos de fala indiretos, pois, segundo Saville-Troike (1982, p. 36), o uso de metáforas e provérbios é uma estratégia comunicativa comum para despersonalizar o que é dito e assim possibilitar uma maior indiretividade. Ao citar o provérbio o falante pode disfarçar os seus verdadeiros sentimentos e inclusive os usa em situações em que precisa emitir um julgamento particular, por isso utiliza o provérbio para evitar comprometimentos. O falante tem a consciência de que quer chamar a atenção para o fato de que não é ele que fala, mas que está apenas procedendo a uma citação.

Ao falar em provérbio trata-se de um discurso citado no qual não se identifica o autor, portanto sua noção é de sujeito universal. A essência principal do provérbio como ato de fala indireto está no fato de permitir que, ao citá-lo, o falante disfarce os seus verdadeiros sentimentos, evitando comprometimentos e refutações pessoais. É importante analisar as relações que cada tipo de provérbio permite que se estabeleçam entre os sujeitos falantes no momento da enunciação (o sujeito, o interlocutor e o provérbio). Ao citarem provérbios, os falantes também sinalizam a sua identidade com unidades nacionais. Nos provérbios das principais línguas da cultura ocidental temos: No plano do sujeito falante, que embora não seja identificado, ele é considerado um sábio, pois ele demonstra o saber dos nossos antepassados, portanto tem credibilidade. Já no plano da enunciação, a imagem que o falante tem do seu interlocutor é que ele conhece a verdade do provérbio e dele não poderá discordar. No caso do provérbio, é uma verdade óbvia, com temas semelhantes aos fatos naturais. A ação decorrente está dada pelo impacto que o provérbio exerce, apelando para o senso comum. (Por exemplo: *Quem a ferro fere a ferro será ferido; Antes tarde do que nunca; Cão que late não morde* (português), *Quien a hierro mata a hierro muere; Mas vale tarde que nunca; Perro que ladra no muere* (espanhol); *Кто меч поднимает от меча и погибнет, лучше поздно чем никогда, собака что лает не кусает* (russo).

Zuluaga (1980, p.199) constata que um parâmetro possível do seu agrupamento em subclasses é a relação que mantêm com o contexto de ocorrência. Trata-se "de observar los enunciados fraseológicos en su funcionalidad real o sus aspectos pragmáticos, es decir, en su integración y participación en el hablar". Assim, distingue entre 'enunciados funcionalmente livres' e 'enunciados contextualmente marcados'.

Os primeiros não dependem de qualquer contexto linguístico ou extralinguístico para serem cabalmente entendidos, uma vez que são verdadeiros 'textos', no sentido que esta expressão adquire no âmbito da linguística textual: unidades semântica e pragmaticamente completas e autônomas, livres de qualquer dependência anafórica, catafórica ou dêitica.

Os segundos não constituem um texto de sentido completo e para serem plenamente interpretados exigem o recurso a fatores do contexto linguístico ou situacional. Encontram-se neste grupo certas fórmulas e clichês que comportam elementos dêiticos, por exemplo, "*Aquí torció la puerca el rabo*", enunciados fixos que só ocorrem num determinado tipo de discurso (por exemplo, a fórmula de introdução dos contos tradicionais, "Era uma vez") e ainda fórmulas cujo uso está ritualizado e circunscrito a situações específicas da vida social ("*Muchas gracias*", "*Lo siento mucho*"). Os provérbios, na perspectiva de Zuluaga, integram o primeiro grupo.

São, pois, enunciados fraseológicos funcionalmente livres: "el refrán conserva su sentido propio completo, en el discurso en que es empleado; no es modificado o determinado sino que actúa sobre el contexto comentando-o, interpretando-o o expresando-o"(1980, p. 201). Pensamos que a relação entre o provérbio e o contexto em que é utilizado merece um estudo mais aprofundado, já que a dinâmica específica deste tipo de texto se traduz justamente no seu potencial de adaptabilidade permanente a novas situações. De qualquer modo, diremos que a reflexão de Zuluaga, embora centrada na elaboração de uma tipologia das unidades fixas das línguas naturais, tem o inegável mérito de integrar critérios de natureza pragmática na elaboração dessa tipologia.

Acrescente-se que Zuluaga (op. cit.) é ainda sensível à variabilidade contextual da modalidade, da intenção comunicativa ou valor ilocutório do provérbio. Como ele próprio afirma, um provérbio como "*Cão que ladra não morde*" – cujo significado geral abstrato pode ser traduzido pela paráfrase 'quem tenta atemorizar os outros com ameaças verbais é gente inócua' – é polivalente do ponto de vista das interações que permite realizar; o falante pode utilizá-lo para prevenir ou infundir coragem, replicar ou injuriar, e estes valores de uso só se delimitam contextualmente.

Muitas vezes, quando o provérbio é bastante conhecido, basta mencionar uma pequena parcela para ativar de imediato no interlocutor a sua configuração global: "Para bom entendedor...". Norrick (1985) utiliza o termo "kernel" (núcleo) para designar o fragmento discursivo mínimo que é crucial para o reconhecimento do provérbio e conclui que, desde que o núcleo não apareça deformado, os provérbios podem oferecer um vasto leque de variações. É claro que se torna algo difícil estabelecer com rigor quais são os limites da não deformação do núcleo (questão delicada não esclarecida por Norrick) e, por outro lado, convém distinguir claramente entre 'variação' e 'sinonímia' proverbial. As variantes de um provérbio são as suas diferentes ocorrências atestadas, frequentemente registradas nas antologias que manifestam entre si, como vimos anteriormente, pequenas divergências a nível lexical e sintático ou, ainda, a nível da estrutura temático-informacional do texto.

Regra geral, uma das variantes impõe-se pela sua frequência de uso e é em relação a ela que se medem eventuais adições, reduções ou transformações. Fala-se de 'sinonímia' quando dois (ou mais) provérbios, radicalmente distintos no nível superficial, são, no entanto, mutuamente substituíveis no mesmo contexto de interação (por exemplo, "*A cobiça rompe o saco*" e "*Quem tudo quer, tudo perde*").

De qualquer modo, interessa reter que o critério da fixação formal deve ser relativizado, tendo em conta o conjunto de variações assinaladas. Do ponto de vista semântico, a 'idiomaticidade' é apontada como parâmetro decisivo na delimitação das

unidades fraseológicas. Entendemos por 'idiomaticidade' o fato de o significado de certas construções linguísticas fixas não se construir a partir da combinação do significado dos seus elementos constituintes. Por outras palavras, são idiomáticas as expressões que, resultantes da combinação de um número variável de signos, atualizam um conteúdo semântico figurado, que não se deduz composicionalmente em função do significado dos elementos nelas envolvidos e da sua estrutura combinatória.

Se analisarmos os provérbios à luz deste parâmetro, verificamos que há provérbios idiomáticos, aqueles que desencadeiam uma interpretação-padrão não dependente dos princípios de uma semântica composicional, mas há também provérbios cuja interpretação-padrão coincide com o seu significado literal, composicionalmente apreendido. A idiomaticidade não é, pois, uma propriedade definitiva do provérbio. O que interessará neste trabalho, no que toca à questão da idiomaticidade, será analisar até que ponto o significado direto e literal funcionam como motivação funcional-sincrônica da interpretação-padrão figurada.

Norrick comenta as seguintes propriedades do provérbio:

- a) o provérbio tem uma natureza fundamentalmente conversacional, e funciona como uma unidade semântica e pragmática autônoma;
- b) o provérbio é sempre um texto que o uso comum consagra, que circula na coletividade durante um período de tempo considerável. É difícil estabelecer com precisão qual o grau de antiguidade requerido para que um texto possa ser reconhecido na e pela comunidade como provérbio. Porém, é indiscutível que o caráter recorrente do uso, que atravessa gerações, é um traço típico dos provérbios. Daí que não se confundam com os slogans e clichês que durante um curto período de tempo são usados por certas camadas sociais, como reflexo de uma moda passageira condicionada por parâmetros de ordem variável;
- c) o provérbio é, por definição, um texto oral, ao contrário de outros enunciados lapidares como o aforismo, o apotegma e o epigrama, que são textos fixados e propagados pela escrita;
- d) o provérbio é sempre tendencialmente didático;
- f) a interpretação-padrão do provérbio é sempre genérica, mesmo quando o provérbio é utilizado em situação, perante um auditor específico.

Corpas Pastor [1996, p. 137] determina cinco critérios para distinguir os provérbios de outras categorias afins como: as locuções idiomáticas, as colocações, as formulas do discurso, as citações, etc. Os critérios são os seguintes:

- (i) lexicalização,
 - (ii) autonomia sintática
 - (iii) autonomia textual
 - (iv) valor de verdade geral
 - (v) caráter anônimo
- (i) Quanto à lexicalização, os provérbios são lexicalizados e cristalizados, o que podemos explicar como «processo linguístico pelo qual uma determinada combinação de palavras se fixa e adquire um significado próprio, independente dos seus constituintes.» [DLPC; 2001: 1028]
- (ii) os provérbios entram no contexto exclusivamente como unidade total e já não se precisam formar gramaticalmente, porque todas as posições estão ocupadas, inclusive a do sujeito.

- (iii) Os provérbios são autônomos e, ao serem inseridos no discurso falado, pronunciam-se com uma entonação distinta e são introduzidos por uns "apresentadores" (p.ex. como diz o provérbio; dizem os velhos; costuma-se dizer, etc.)
- (iv) As parêmiás oferecem um alto grau de generalização em comparação com as locuções idiomáticas, que se referem a situações concretas. Devido a esse fato, apresentam-se, geralmente, em forma de indicativo, ou até imperativo ou futuro.
- (v) Quanto a este critério, os provérbios têm caráter anônimo, o que os distingue das citações e expressões proverbiais.

Considerações finais

Os provérbios são citados como formas avaliativas de comportamento, como uma maneira de educar no sentido tradicional dando instruções de como as coisas devem ser feitas, de acordo com as normas que regem o convívio na sociedade, além da sua função persuasiva. Verifica-se que o falante os utiliza para preservar sua fase interna (crenças e atitudes) de sua face externa (auto-imagem, personalidade). Também são usados como estratégias interacionais (para impor a autoridade do falante; persuadir o interlocutor a mudar de opinião; reforçar a argumentação do falante; tranquilizar o interagente; intimidar o interlocutor; disfarçar os verdadeiros sentimentos do falante; admoestar e-ou aconselhar o interlocutor, dentre outros). Resumindo, é importante ressaltar que o provérbio tem um poder social, e se, por acaso, o interlocutor não acatar a recomendação do provérbio acaba por arcar com as consequências.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec. 2004.
- _____. *Estética da Comunicação Verbal*. 4. ed. São Paulo: Martin Fontes, 2003, Trad: Paulo Bezerra.
- _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec. 1995.
- _____. *Estetika Slovesnogo Tvortchestva*. Trad. Brasileira: Estética da Criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *Problemas da Poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Universitária, 1981.
- _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1978. Trad: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira.
- CORPAS PASTOR G. *Manual de fraseología española*, Madrid, Gredos, 1996.
- JOBIM e SOUZA S. *Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas: Papyrus, 1994. (Coleção Magistério e Trabalho Pedagógico
- MAGALHÃES -ALMEIDA, C. Para uma descrição semânticocognitiva da linguagem metafórica. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- MOISÉS, M. *Dicionário de termos literários*. 2ª edição. SP: Cultrix, 1978.

NORRICK, N. R. How proverbs mean. *Semantic studies in english proverbs*, Berlin, Mouton Publishers, 1985.

REY-DEBOVE, J. *Le Métalangage*. Paris: Le Robert, 1978.

SAVILLE-TROIKE, M. *The Ethnography of Communication*. Oxford: Blackwell, 1982.

VYGOSTKY, L. S. *Obras Escogidas*. Tomo II, Madri: Editorial Pedagógica, 1996.

_____. *A Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *O desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.

ZULUAGA, A. *Introducción al estudio de las expresiones fijas*, Bern, 1980.

ZULUAGA, A. Análisis y traducción de unidades fraseológicas desautomatizadas, en: *PhiN* 16/2001, 67–83 (en Internet: www.fu-berlin.de/phin/phin16/p16t5.htm).